

CIR denunciará Brasil à Comissão Interamericana de Direitos Humanos

A advogada do Conselho Indígena de Roraima (CIR), Joênia Batista de Carvalho, vai apresentar na próxima segunda-feira, 29, em Washington, Estados Unidos, uma petição à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). A peça denuncia a República Federativa do Brasil por violação aos direitos e garantias dos povos Macuxi, Wapixana, Ingarikó, Taurepang e Patamona, índios que habitam a terra indígena Raposa/Serra do Sol.

A petição argumentará que o Brasil não está protegendo os direitos dos povos indígenas da Raposa/Serra do Sol. A nota enviada à imprensa fala da falta de proteção como o não-reconhecimento do direito territorial, que implica na homologação daquela área já demarcada, por meio da assinatura do decreto presidencial que há mais de cinco anos não é assinado pelos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva (PT), sem justificativa plausível.

A advogada Joênia Batista de Carvalho, que recentemente ganhou o Prêmio Reebok de Direitos Humanos 2004, pedirá apoio internacional alegando que o "Estado Brasileiro, apesar de sucessivas promessas, não está respeitando tratados internacionais dos quais é signatário como, por exemplo, a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT)".

A indígena vai enfatizar na visita que fará à Comissão Interamericana de Direitos Humanos que a área Raposa/Serra do Sol não é mais uma terra indígena com o processo demarcatório obstruído por pressão de grupos econômicos.

Nos dados que apresentará, mostrará que nos últimos 30 anos tornou-se um caso emblemático a luta dos povos indígenas pela garantia da terra e da negação desse direito por parte do Estado Brasileiro. Traçará ainda um diagnóstico da violência contra os índios, ressaltando que nas últimas três décadas 21 índios foram mortos em disputas de terras e dezenas deles espancados, torturados ou presos ilegalmente, sem que os agressores fossem condenados.

A nota enviada à imprensa também faz crítica à classe política de Roraima, afirmando que é antiindígena e mantém ligações próximas com interesses de mineradoras, latifundiários e empresários que patrocinam uma atmosfera de preconceito, discriminação e xenofobia contra os índios e os seus aliados. Afirma que Roraima é uma espécie de "Faroeste Brasileiro", onde a lei pouco existe para punir os ricos, deixando os mais pobres vítimas de toda forma de violência e injustiça". Cita inclusive uma frase da advogada indigenista Ana Paula Souto Maior, em que ela afirma que "em Roraima matar índio não é crime, todos os assassinatos têm em comum a impunidade".

Conforme a nota, a omissão do Estado Brasileiro aumenta os conflitos em Roraima. Na apresentação, Joênia lembrará a manifestação dos rizicultores, comerciantes e índios desfavoráveis à homologação em área contínua, ocorrida no início de janeiro e que resultou no sequestro de três missionários, bloqueio de estradas, invasão da sede da Funai (Fundação Nacional do Índio).

"Plantadores de arroz, fazendeiros e empresários locais lideraram atos violentos numa campanha de terror contra a homologação da Raposa/Serra do Sol. Um chamamento à sociedade local para uma reação contra os direitos indígenas", afirma a nota.

"Nesse contexto desfavorável aos povos da Raposa/Serra do Sol, após frustradas as promessas e esperanças no governo brasileiro, a petição junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA significará um marco histórico na luta pelos direitos à terra Raposa/Serra do Sol e um passo importante para a campanha pelos direitos indígenas em todo o mundo", complementa a nota.